

MUDANÇA GEOPOLÍTICA É OPORTUNIDADE PARA O BRASIL

*Coordenação editorial: Inácio Muzzi Fonseca
São Paulo - 2026*



Seminário "A Nova Geoeconomia Mundial".

9 de junho de 2026, São Paulo



SUMÁRIO

06	TEREZA CRISTINA
14	MARCOS JANK
30	MARCOS TROYJO
46	RICARDO ZÚNIGA
62	NICHOLAS BURNS



TEREZA CRISTINA
Apresentação

CORAGEM PARA ABANDONAR RESPOSTAS ANTIGAS DIANTE DE NOVOS PROBLEMAS



OS TEXTOS SEGUINTEs são uma mostra do que pretendemos fazer no Instituto Diálogos: pensar estrategicamente sobre o Brasil. Temos discutido com intensidade os problemas do presente. Mas, muitas vezes, deixamos de debater as grandes questões que definirão o país que seremos daqui a dez, vinte ou trinta anos.

No primeiro evento que promovemos em São Paulo, contamos com a participação de algumas das cabeças mais informadas sobre a geopolítica mundial: Nicholas Burns, que foi embaixador dos Estados Unidos na China, até 2025, Ricardo Zúñiga, responsável pela América Latina no governo de Barack Obama, Marcos Troyjo, diplomata que presidiu o Banco dos Brics, em Pequim, e Marcos Jank, um dos maiores estudiosos brasileiros do agronegócio.

Eles nos proporcionam uma visão inigualável sobre o principal eixo geopolítico do mundo atual, Estados Unidos-China, e nos ajudam a pensar como nosso país

Tereza Cristina é senadora pelo Mato Grosso do Sul, ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e presidente do Conselho de Administração do Instituto Diálogos. Engenheira agrônoma, tem trajetória voltada à produção agropecuária, ao desenvolvimento e à inserção do Brasil nos debates globais.



A REALIDADE RARAMENTE ESPERA QUE ESTEJAMOS PREPARADOS PARA ELA

pode se posicionar num mundo com grandes transformações em curso.

Com esse foco, promovemos algo cada vez mais raro e, por isso mesmo, cada vez mais valioso: diálogo. Diálogo aberto. Diálogo franco. Diálogo baseado em fatos. Diálogo orientado a resultados. E, sobretudo, diálogo suprapartidário.

Porque os desafios estruturais do Brasil não pertencem a um partido, pertencem ao país. Não queremos produzir consensos artificiais; defender governos ou oposições ou reproduzir disputas ideológicas. Queremos pensar o Brasil. E pensar o Brasil exige necessariamente pensar o mundo.

Durante décadas, operamos em uma ordem internacional relativamente previsível. Uma ordem baseada em instituições, regras e mecanismos de cooperação que, com todas as suas imperfeições, ofereciam referências relativamente estáveis.

Hoje, esse cenário mudou. Vivemos um período de

transição profunda. O multilateralismo enfrenta dificuldades. As disputas geopolíticas se intensificam. O comércio internacional tornou-se mais político. A competição entre grandes potências redefine mercados, alianças e prioridades.

Nesse ambiente, a pergunta central para o Brasil não é apenas o que acontece no mundo. A pergunta é: qual será o lugar do Brasil nesse mundo? Porque os países que prosperam não são necessariamente os que possuem mais recursos. São os que conseguem interpretar corretamente as transformações em curso e agir antes que elas se imponham.

Por isso, o momento em que se deu nosso evento não poderia ter sido mais oportuno. Foi a semana seguinte à nomeação de um novo embaixador dos Estados Unidos para o Brasil; ao anúncio dos resultados da investigação da Seção 301 pela agência americana de comércio exterior, USTR (*United States Trade Representative*); e à oficialização da classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas pelo Departamento de Estado americano.

Isso nos lembra uma lição importante: a realidade raramente espera que estejamos preparados para ela. Por isso, precisamos criar espaços permanentes de reflexão estratégica.

O relacionamento entre Brasil e Estados Unidos continua sendo uma das relações mais relevantes para o nosso futuro econômico, político e institucional. E relações importantes não se administram por impulsos. Administram-se por diálogo, por compreensão mútua, por capacidade de negociação, por visão de longo prazo.

Portas abertas produzem mais resultados do que portas batidas. Em momentos de divergência, essa verdade se torna ainda mais importante. O Brasil não ganha quando reduz suas opções. O Brasil ganha quando amplia sua capacidade de interlocução.

Quando consegue conversar com todos, negociar com todos, cooperar com todos. Sem abrir mão de seus interesses nacionais. Em tempos de fragmentação, diálogo não é sinal de fraqueza, é instrumento de poder. Os textos que se seguem vão proporcionar ao leitor uma visão muito privilegiada sobre os principais vetores que transformam a geopolítica nos dias de hoje. São profissionais que dedicaram suas vidas a compreender as transformações do sistema internacional.

A presença deles reafirma o DNA do Instituto Diálogos: conversar sobre o Brasil no mundo.

Porque não existe mais política doméstica completamente separada da política internacional. Uma decisão tomada em Washington, Bruxelas, Pequim ou Nova Dé-

CONVERSAS SÓ PRODUZEM
RESULTADOS QUANDO
HÁ DISPOSIÇÃO PARA OUVIR



lhi pode afetar empregos, investimentos e oportunidades em qualquer estado brasileiro. O futuro exige essa visão integrada. Exige também coragem intelectual. Coragem para questionar premissas. Coragem para ouvir quem pensa diferente. Coragem para abandonar respostas antigas diante de novos problemas.

O Brasil possui recursos naturais extraordinários. Possui capacidade produtiva, diversidade, talento humano. Mas nenhuma dessas vantagens é suficiente por si só. O que transforma potencial em realidade é a capacidade de construir projetos nacionais consistentes. Projetos nacionais começam com ideias. Ideias, com conversas. E conversas só produzem resultados quando há disposição para ouvir.

Acreditamos que o futuro não acontece, é construído. E países que deixam de discutir seriamente o seu futuro acabam vivendo o futuro que outros escolheram para eles. Que este seja apenas o primeiro de muitos diálogos necessários para o Brasil. ■

MARCOS JANK



Marcos Jank é engenheiro agrônomo, professor sênior e coordenador do Centro Insper Agro Global, além de conselheiro de empresas, palestrante e comentarista especializado em agronegócio. Reconhecido como uma das principais referências do setor no Brasil, atua na análise de temas relacionados ao comércio internacional, sustentabilidade, segurança alimentar e competitividade do agronegócio.

Professor do Insper e ex-docente da USP, viveu por uma década no exterior trabalhando com temas de agronegócio global nos Estados Unidos, Europa e Ásia. Foi presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e vice-presidente da BRF para a região Ásia-Pacífico. Atualmente, é colunista do jornal O Estado de S. Paulo, comentarista da CNN Brasil e membro de conselhos de importantes empresas e instituições do setor.

O BRASIL PODE OFERECER AO MUNDO SEGURANÇA EM TODAS AS ÁREAS DE *COMMODITIES*



ESTAMOS VIVENDO uma questão de geopolítica e de geoeconomia da maior importância. Na geopolítica, saímos da globalização para a fragmentação, para a desgovernança institucional e para uma situação de diversos conflitos de toda ordem acontecendo pelo mundo.

Vivemos 40 anos de Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, que eram dois países distantes. O eixo do conflito estava no Atlântico Norte, e o centro de gravidade estava em Berlim. No final da Segunda Guerra, a disputa era armamentista.

Agora, entramos numa Guerra Fria 2.0, onde os dois polos são Estados Unidos e China, o cenário do confronto é o Indo-Pacífico, e o epicentro é Taiwan.

Isso ficou claro no encontro do presidente Donald Trump com o premier chinês Xi Jinping. A briga não é mais armamentista, mas tecnológica. Extremamente tecnológica.

Saímos de um mundo onde a ideia predominante era o livre comércio, que foi tão importante para o Brasil, para



VAMOS OLHAR PARA O BRASIL. PARA O QUE O BRASIL PODE SER LÁ NA FRENTE

a inserção global do agro brasileiro, e passamos para uma nova era de protecionismo e soberania.

Isso tomou o lugar da interdependência das nações que foi criada no pós-guerra, com a construção de regras comuns e uma série de organizações internacionais. O que vemos hoje é a predominância de temas de segurança nacional, pressões unilaterais e poder de dissuasão.

Trata-se de um mundo completamente diferente do que vivemos até aqui, e impacta todos os países. O epicentro dos conflitos está nas *commodities*. É algo que o Brasil faz muito bem, mas poderia fazer muito melhor. Elas representam hoje 75% da pauta de exportação do Brasil e vêm crescendo ano após ano. As *commodities* do agronegócio respondem por 50% da pauta brasileira, e as de energia e mineração, por 25%.

Durante muito tempo achamos que as *commodities* eram sinal de atraso da nossa pauta exportadora, porque havia acesso fácil nos mercados. Esse acesso criou uma ilusão de que elas eram infinitamente disponíveis e mesmo irrele-

vantes do ponto de vista estratégico. Tínhamos logística ampla, eficiente, preços baixos, oferta garantida. Elas eram vistas por muita gente, inclusive pela mídia brasileira, como uma pauta ultrapassada de exportações. Indesejável. Imaginava-se até que poderiam causar a desindustrialização e a reprimarização do país.

Sabemos hoje que exportar *commodities* não é nada trivial. Primeiro, as *commodities* não pertencem ao setor primário, como a gente costuma aprender na escola. Para fazer o grão de soja, para refinar os minerais críticos, as terras-raras, para produzir bioenergia é preciso muita industrialização, muitos serviços, muita inovação.

São pouquíssimos os países que conseguem fazer isso. Menos de 10 países controlam as exportações de cada *commodity* relevante.

As *commodities* estão no epicentro das principais disputas que acontecem no mundo desde 2020. É mais um motivo para olhar para o Brasil, para o que o Brasil pode ser lá na frente.

A questão da Rússia e da Ucrânia, por exemplo, tem como pano de fundo *commodities*, entre outras coisas, grãos e fertilizantes. As questões com a Venezuela têm raiz no petróleo. Com o Irã, é o petróleo, o gás natural e os fertilizantes.

No confronto entre Estados Unidos e China, são os minerais críticos e as terras-raras que estão na mira.

Sempre, no centro de tudo o que está acontecendo estão esses produtos, as *commodities*.

No centro do conflito do Oriente Médio está o fechamento de Ormuz: 50 quilômetros de mar por onde passam energia, alimentos, fertilizantes, insumos de toda sorte para o mundo. Mais uma vez, *commodities*.

Esse fato mostra que vivemos num mundo muito diferente daquele que existia antes, onde as *commodities* foram altamente criticadas por não serem bem entendidas. E o Brasil, por incrível que pareça, tem uma posição muito forte em certas *commodities*, incipiente em algumas e fraca em outras.

O Brasil tem uma posição consolidada hoje nas *commodities* do agronegócio, sendo o quarto maior produtor do mundo e o primeiro exportador, tendo recentemente ultrapassado os Estados Unidos. Os americanos ainda são maiores na exportação total do agro, porque ganham em valor adicionado. Mas nós somos os maiores em *commodities*. Isto é, somos extremamente competitivos e temos o maior superávit do mundo.

A nossa posição global é muito importante para a segurança alimentar da população mundial. Isso vale também para fibras, para celulose. No petróleo, estamos hoje entre os dez maiores exportadores do mundo, no minério de ferro também. Nesses produtos temos posições consolidadas.

AS *COMMODITIES* ESTÃO NO EPICENTRO DAS DISPUTAS QUE ACONTECEM NO MUNDO DESDE 2020



Onde somos incipientes globalmente é na bioenergia, onde temos uma experiência fantástica. Começou no primeiro choque do petróleo, nos anos 70, com o Proálcool e o carro a álcool, depois as misturas de biocombustíveis na gasolina e no diesel. A bioenergia consolidou-se aqui nesse país, mais do que em qualquer outro. Mas, infelizmente, não foi globalizada. Não foi suficientemente entendida como solução energética e climática global.

Mas estamos avançando. No começo era a nossa velha conhecida cana-de-açúcar, depois vieram a soja e o biodiesel. Agora é a vez do etanol de milho e seus subprodutos maravilhosos. Então, nós estamos avançando. Temos ainda o SAF, que é o combustível de aviação, o combustível marítimo e muitas outras coisas, como o metano.

Esta é uma fronteira que o Brasil descobriu. Uma jabuticaba brasileira que realmente não se globalizou e ainda poderia se globalizar, principalmente no mundo tropical.

Mas somos vulneráveis em fertilizantes e derivados de petróleo, gás natural, mineração, infraestrutura e logística.

Áreas que ficaram um pouco para trás, mas estão acontecendo agora. Numa velocidade inferior, porém, ao desejável.

Talvez o fertilizante seja a maior evidência atual da vulnerabilidade do Brasil. Achamos que haveria uma oferta mundial inesgotável e que todos os problemas se resolveriam apenas com importação. Hoje vemos que é preciso construir uma política nacional para o fertilizante — isso não quer dizer uma política estatal, intervencionista —, para não ter que depender tanto dos estreitos complicados do mundo. Isso aparece muito claramente com o fechamento do Estreito de Ormuz.

Penso que o presidente americano subestimou todas as consequências do fechamento de Ormuz. Precisamos lembrar que não é o único gargalo para o comércio internacional que existe no mundo. Há o Estreito de Babel-Mandeb, embaixo do Mar Vermelho. E o de Malaca, entre Singapura, Malásia e a Ilha de Sumatra. Este talvez seja o mais sensível para a China. Por lá passam 100.000 navios por ano, e é bem mais estreito do que o de Ormuz.

Há outros caminhos mais longos, claro, para os navios comerciais. Dar a volta na África, como fez Vasco da Gama, no final do século XV, mas não é uma solução desejável. Além de ser muito mais cara.

O Brasil precisa de fertilizantes para a agricultura, minerais críticos e terras-raras para fazer carros elétricos, turbi-

[O BIOCOMBUSTÍVEL] É UMA FRONTEIRA
QUE O BRASIL DESCOBRIU.
UMA JABUTICABA BRASILEIRA, QUE
REALMENTE NÃO SE GLOBALIZOU AINDA
E PODERIA SE GLOBALIZAR



nas eólicas, baterias e semicondutores. Além da indústria militar. E temos reservas. No caso das terras-raras, o Brasil é muito importante: temos a segunda maior reserva do mundo, 22%. Mas só extraímos 0,02% da produção global. Em reservas de terras-raras só ficamos atrás da China.

Também temos reservas de potássio e fósforo, mas ficamos para trás no aproveitamento.

Fala-se muito que o Brasil não tem política de estado de longo prazo, não consegue fazer estratégia de médio e longo prazo. Só pensa no curto prazo, na duração do mandato de um governo. Talvez isso esteja acontecendo hoje mesmo. Brasília não consegue formular nada de mais longo prazo.

Mas, nos anos 70, tivemos dois projetos de Estado estratégicos, que hoje são a base do sucesso dos setores consolidados que mencionei. Primeiro, a Agropecuária Tropical, que surgiu com a Embrapa, com as universidades agrícolas, com centros estaduais de pesquisa, com crédito

“ O BRASIL SÓ PENSA NO CURTO PRAZO,
NO MANDATO DE UM GOVERNO.
É ISSO QUE ESTÁ ACONTECENDO
HOJE MESMO. ACHO QUE BRASÍLIA
NÃO CONSEGUE FORMULAR
NADA DE MAIS LONGO PRAZO

oficial, com programas de colonização, portanto, empurrada pelo Estado, numa visão estratégica.

Depois, o setor privado assumiu o compromisso e criou o plantio direto, a segunda safra, a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). A nossa grande força está nos sistemas integrados de produção tropical, algo que os americanos e os europeus não conseguem fazer.

O segundo projeto estratégico de Estado veio da primeira crise do petróleo, nos anos 70, e tornou a matriz energética brasileira 50% limpa e renovável. O projeto de bioenergia começou com o Proálcool, o carro à álcool, a distribuição em todos os postos do Brasil e a mistura de etanol na gasolina (hoje 32%), além do biodiesel. Na sequência das políticas de Estado, o setor privado veio com os veículos flex, os novos produtos e usos (biometano, bioetileno, combustíveis de aviação, marítimos, bio-hidrogênio e outros). Naquele

momento, o Brasil construiu políticas de Estado de longo prazo. Naturalmente, era outra conjuntura, em que o Estado era muito mais forte e tinha muito mais recursos.

Temos que mirar hoje em políticas público-privadas. O nosso desafio é basicamente de coordenação intra e intersectorial nas *commodities*.

O mais importante que podemos fazer hoje é tentar olhar as *commodities* do agronegócio, da mineração (inclusive fertilizantes) e as energéticas juntas, porque estão profundamente imbricadas e nós temos grandes reservas em todas elas.

Isso exige coordenação, estratégia e políticas públicas. Como é que a gente pode fazer isso? Acho que a primeira coisa que deveríamos fazer é o mapeamento do que está acontecendo no mundo das *commodities*. Entender melhor por que elas representam uma grande oportunidade e entender os países que dominam cada uma delas, que não são muitos.

O segundo ponto importante numa estratégia para as *commodities* é discutir o valor adicionado. Não é só o valor adicionado para produzir, mas o valor adicionado que pode ser gerado a partir de parcerias internacionais. Isso é absolutamente fundamental, possível e, talvez, uma das melhores agendas de cooperação a serem desenvolvidas entre os Estados Unidos e o Brasil.

Examinar a questão energética e da mineração no Hemisfério Ocidental é importante como potencial de parceria entre os dois países.

É muito importante construir valor adicionado nas matérias-primas de que o Brasil dispõe hoje. São matérias-primas para o mundo inteiro. Temos que ter consciência de que somos bons nessa área. Mas podemos ir além. Considerar essa interdependência entre as *commodities* de uma maneira ainda mais forte. Porque uma coisa está relacionada com a outra.

Por exemplo, o agro produz alimentos e energia renovável, mas isso depende de fertilizantes. Está tudo imbricado. Temos que olhar a dependência do mundo, porque o mundo pós-Ormuz vai ser diferente. Os países não vão confiar tanto nos estreitos marítimos e na provisão vinda de zonas conflitivas. Vão buscar segurança alimentar, energética e mineral. Mas precisam também encontrar segurança jurídica.

Essa é uma grande oportunidade para o Brasil se colocar nesse mundo de uma maneira muito mais inteligente do que se colocou até agora.

Costumamos dizer que o agro brasileiro sempre foi “comprado”. Tradicionalmente, nunca chegou ao consumidor final. Entrega *commodities* no porto, de onde seguem para 200 países. Nem sabemos direito para onde

BRASIL PODE SER PROTAGONISTA GRANDE E COMPETITIVO, CONFIÁVEL E SUSTENTÁVEL EM TODAS AS TRÊS CATEGORIAS DE *COMMODITIES*



eles vão. Este pode ser outro grande desafio para o Brasil: crescer também na interdependência, nos investimentos cruzados. Nas parcerias para adicionar valor aos produtos. Porque o mundo vai viver transições, não só para a descarbonização, mas para a realocação das cadeias de suprimento e para a diversificação de produtos e mercados. O Brasil pode oferecer ao mundo segurança em todas as áreas de *commodities*.

Elas são estratégicas, sempre foram na nossa história, desde a descoberta do Brasil e da primeira atividade econômica, que foi a cana-de-açúcar. O Brasil pode ser protagonista, grande e competitivo, confiável e sustentável em todas as três categorias de *commodities*.

Temos que considerar as *commodities* como um grande projeto estratégico nacional. O governo não tem capacidade para fazer tudo, mas o setor privado deveria se organizar em instituições, como o Instituto Diálogos, para colocar essa proposta na mesa. ■





MARCOS TROYJO

O professor Marcos Troyjo é economista, cientista político, diplomata e uma das principais referências brasileiras em temas ligados a economias emergentes, megatendências globais e ao futuro da globalização. Atualmente é MIT Wilhelm Fellow 2026, Transformational Leadership Fellow da Universidade de Oxford, Global Leadership Fellow da Universidade Cornell e Distinguished Fellow do Insead.

Foi presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, tornando-se o primeiro ocidental a liderar uma organização internacional sediada na Ásia e o primeiro brasileiro a presidir um banco multilateral de desenvolvimento. Ex-Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, participou das negociações do Acordo Mercosul-União Europeia e fundou o BRI-CLab na Universidade Columbia. Atualmente, assessora empresas multinacionais e atua em estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico, inovação, sustentabilidade e competitividade global.

OS PRÓXIMOS 5 ANOS SERÃO MAIS IMPORTANTES DO QUE OS ÚLTIMOS 202 PARA AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS



EU TINHA 15 ANOS quando fui pela primeira vez aos Estados Unidos, em 1982. Desde então, nesses últimos 44 anos, voltei ao país todos os anos da minha vida. Não consigo me lembrar de uma situação como a atual, com Estados Unidos e Brasil tão distantes.

Como estudante, em intercâmbio, fiquei lá um ano. Morei na casa do pastor negro Sol Stacy Williams, que tinha sido companheiro do reverendo Martin Luther King naquelas marchas a Washington.

O mundo entrou num modo de operação muito perigoso nas relações políticas e econômicas internacionais.

Por isso, acho que os próximos cinco anos de relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos vão ser mais importantes do que os últimos 202 anos, considerando o reconhecimento da Independência do Brasil, em 1824.

Este ano é um ano de comemorações nos Estados Unidos: 250 anos da Independência. Mas é também um ano com muitos perigos.

“ O ESTADO MAIS POBRE
DOS ESTADOS UNIDOS, MISSISSIPPI,
TEM UM PIB PER CAPITA MAIOR
QUE O DA ITÁLIA, DA FRANÇA E DO JAPÃO

O professor da Universidade de Columbia Adam Tooze chama a atenção para o fato de que, geralmente, quando há uma crise internacional, as pragas vêm uma depois da outra como se fosse na Bíblia.

Nos últimos tempos, porém, elas vieram todas ao mesmo tempo. Ainda vivemos o rescaldo daquela que foi a maior pandemia, o maior desafio da saúde pública global, desde a Gripe Espanhola, no século passado. Agora vivemos o conflito do Oriente Médio, o mais nevrálgico desde os anos 70.

Além disso, há uma guerra no coração da Europa. Seguramente, é o conflito mais delicado desde o final da Segunda Guerra Mundial.

As duas superpotências mundiais, Estados Unidos e China, vivem num misto de tentativa de desacoplamento e, ao mesmo tempo, grande interdependência, que alguns chamam de Paz Quente ou Guerra Fria 2.0.

Essa é a moldura de conflitos mundiais em que o Brasil tem que se inserir. Com tudo isso, precisa se relacionar com os Estados Unidos.

Neste momento, especialmente, estamos numa fase muito pouco produtiva.

Nos próximos cinco anos, algumas tendências vão se desenvolver e marcar muito a maneira como podemos nos relacionar. O caminho que escolhermos vai influenciar o avanço das relações entre os dois países, se serão mais ou menos produtivas.

Temos que levar em conta que os Estados Unidos passam por um momento curioso, de muita incoerência.

Há um lado de grande opulência: os Estados Unidos têm um PIB de US\$ 31 trilhões.

O *market cap* (valor de mercado) de três das maiores empresas americanas é maior do que o valor negociado a cada dia na Bolsa de Frankfurt, uma das maiores da Europa.

Entre os 50 estados americanos, o mais pobre é o Mississippi. Só ele, isoladamente, tem um PIB per capita maior que o PIB per capita da Itália, da França, do Reino Unido e do Japão, que foi a grande coqueluche dos anos 80.

A Europa, até outro dia, era a maior economia do mundo. Quando houve o derretimento do Banco Lehman Brothers, em 2008, a renda per capita na Europa era mais ou menos 10% inferior à dos Estados Unidos. Hoje, a renda

per capita nos Estados Unidos é o dobro da renda per capita na Europa.

É importante levar esses dados em consideração porque, se a administração Trump erra ou acerta, os efeitos sobre o Brasil são muito grandes.

Do ponto de vista comercial, estamos num momento muito ruim. Mas os principais obstáculos ou dificuldades para o Brasil não vão ser causados pelas investigações da Seção 301 da lei americana de comércio.

Se levarmos em consideração o tamanho da economia americana em relação ao resto do mundo, vamos notar que o comércio com o Brasil representa muito pouco. Os Estados Unidos têm US\$ 31 trilhões de PIB nominal e, apesar de toda a nova onda protecionista, os EUA importam 12% do seu Produto Interno Bruto. Isso significa que os Estados Unidos compram do resto do mundo US\$ 3,6 trilhões por ano.

Apenas aquilo que os Estados Unidos compram do resto do mundo equivale a um valor superior ao PIB da França, que é a quinta maior economia do planeta. Equivale a um Produto Interno Bruto superior ao de mais de 50 países da África juntos. US\$ 3,6 trilhões é um valor muito representativo.

Mesmo antes do anúncio por parte do presidente Trump, em 2 de abril do ano passado, daquilo que ele

O BRASIL EXPORTA 1% DO VALOR QUE OS ESTADOS UNIDOS COMPRAM DO MUNDO



chama de “medidas de comércio justo e recíproco”, o Brasil exportava por ano para os Estados Unidos 36 bilhões de dólares. Isso significa que, de tudo aquilo que os Estados Unidos compram do mundo, só 1% vem do Brasil. Isso, antes do tarifaço.

É muito pouco. Se fizermos a mensuração econômica do que significa a imposição das tarifas de 25%, que seriam as resultantes da aplicação da Seção 301, mais aqueles 25% ou 37,5%, isso vai incidir sobre aquele 1%. Ou seja, 0,25% dos 36 bilhões de dólares que o Brasil exporta.

O efeito macroeconômico, portanto, é pequeno. Claro, que o Brasil deve lutar com unhas e dentes para que essas tarifas não sejam acrescidas ao nosso valor exportado. Isso machucaria empresas em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, no estado de São Paulo. Há setores que seriam bastante prejudicados.

O que está acontecendo nos Estados Unidos de mais impactante para o Brasil é outra coisa. Se, por um lado, o presidente Trump tem essa política de erguer barreiras



O BRASIL É A ARÁBIA SAUDITA DOS ALIMENTOS

ras protecionistas ao resto do mundo, existe um processo interno de desburocratização, desregulamentação e corte de impostos.

Esses cortes fazem aquele período liberal do presidente Reagan nos anos 80 parecer brincadeira de criança. Ao longo dos próximos dois anos e meio da presidência Trump, a carga tributária dos Estados Unidos deve cair dos atuais 27% para algo como 25% do PIB, com um patamar ainda mais baixo para as corporações.

Isso é importante para o Brasil porque nossa carga tributária continua entre 33% e 34%.

Podemos dizer hoje que a China é a Arábia Saudita da manufatura. Taiwan é a Arábia Saudita dos semicondutores. E Arábia Saudita é Arábia Saudita do petróleo. O Brasil é a Arábia Saudita dos alimentos.

Mas a China está diminuindo seu investimento em manufatura. O percentual de investimentos que a economia chinesa destina à indústria vem caindo ao longo do tempo. É o que aconteceu com outras economias

avançadas. Parte importante do investimento industrial na China, ao longo desse período de ascensão dramática, está saindo do país e indo para outros lugares.

Vai para o Vietnã, onde a carga tributária é de 22% do PIB. Para a Índia, onde a carga tributária é de 12%. Para os Estados Unidos, onde o processo de queda de impostos deve levá-la a 22% ou 23%. Mas não virá para o Brasil onde, mesmo após a tão propalada reforma tributária, a carga continua entre 33% e 34%.

Nossa competitividade em relação aos americanos é muito ruim, tanto pelo ambiente de negócios quanto pelo peso relativo dos impostos.

O Brasil tem duas outras características, porém, que o qualificam a fazer muitas parcerias com os Estados Unidos, com vantagem em relação à China.

Somos um país muito mais aberto. A China é um país muito ensimesmado, muito voltado para dentro. A começar pelo nome do país em mandarim, Zhong Guo, traduzido para o português seria país do centro ou país do meio.

Por exemplo, ao assistir ao telejornal das oito em Pequim, atrás do âncora não vemos um mapa-múndi como conhecemos, com o planisfério dividido pelo Meridiano de Greenwich. O que temos é o mapa da China. Todo o resto do mundo se orienta a partir da China.

Os chineses são fechados até do ponto de vista arquitetônico. As duas construções mais conhecidas da China são símbolos de fechamento. A muralha da China, que serve para proteger aquilo que é interno do que é externo. E a Cidade Proibida, no coração de Pequim. O centro do poder é a Cidade Proibida. Mais uma vez, um ícone de concentração de poder.

O que aconteceu desde 1978 (início das reformas da economia chinesa, lideradas por Deng Xiaoping) até recentemente, é uma exceção. Um curto período nos 5000 anos de história da China.

No livro do Kissinger sobre a China, percebe-se muito essa tendência ao fechamento. E é com certo desgosto, mas também com um sentido de oportunidade, que vemos que os chineses estão se fechando novamente.

Se tivermos que fazer uma leitura daquilo que orienta os estrategistas chineses atualmente neste mundo, poderíamos resumir em duas frases: a China buscará ser menos dependente do maior número de países possível e a China buscará fazer com que o maior número de países possível seja dependente dela.

Isso tem um efeito extraordinário no comércio mundial. Os chineses estão descobrindo que existe um outro tipo de estreito, além dos geográficos, como o Estreito de Ormuz: 50.000 metros de uma ponta de terra a outra, cortando o

OS CHINESES ESTÃO DESCOBRINDO QUE
EXISTE UM OUTRO TIPO
DE ESTREITO, ALÉM DOS FÍSICOS
COMO O ESTREITO DE ORMUZ.
É O *CHOKE POINT*



mesmo corpo d'água. É o *choke point*, ponto de estrangulamento, que os chineses elegeram agora como principal referência da sua estratégia para o mundo.

Muito disso está relacionado com a extraordinária vitória que tiveram nas negociações com os Estados Unidos no ano passado. Naquele 2 de abril, os Estados Unidos distribuíram tarifas para todo o mundo, mas onde elas foram mais pesadas, até por conta do volume no comércio, foi em relação à China. O que os chineses fizeram, ao contrário de outros países do mundo, foi revidar.

Teve início, então, uma escalada tarifária que culminou em 145% de impostos americanos sobre as exportações chinesas. Isso não é mais tarifa, é uma quarentena. No meio das negociações, os chineses reagiram: restringiram voluntariamente as exportações dos insumos fundamentais da ciência e da economia do século XXI, as terras-raras, os minerais críticos.



A REVOLUÇÃO DE HOJE É ABSOLUTAMENTE DEPENDENTE DE ÁGUA, DE COMIDA, DE ENERGIA E DE PETRÓLEO

O historiador Niall Ferguson afirma que a guerra comercial já acabou e quem venceu foi a China. O que os chineses estão fazendo hoje é tentar descobrir qual vai ser o novo *choke point* do mundo. Será que vai estar na biotecnologia? Será que vai estar na computação quântica? Nos novos materiais? Será alguma coisa que tem a ver com o universo dos alimentos?

Se for esse o caso, está havendo um subaproveitamento da relação entre o Brasil e os Estados Unidos. Os dois têm a ganhar no comércio entre eles, se houver uma restrição mundial na área dos alimentos.

Lembro do filme *Highlander*, o Guerreiro Imortal dos anos 80. Estamos entrando no mundo *Highlander*. No começo do filme, o personagem principal é cercado pelos símbolos daquilo que é mais contemporâneo e moderno.

De repente, o filme corta e vai para a Escócia. Onde o cotidiano daquele personagem de época era trazer comida para mesa, tocar o rebanho de ovelhas e fazer o moi-

nho girar com a força da água para produzir farinha e, portanto, pão.

Estamos entrando em uma era na qual a realidade aumentada é fundamental. A robótica humanoide é fundamental. Biotecnologia é fundamental. Ninguém questiona que a grande corrida do mundo é pela Inteligência Artificial.

Ao contrário, porém, do que foi a grande revolução das empresas do tipo *dot-com*, nos anos 90, a revolução de hoje é absolutamente dependente de água, de comida, de energia e de petróleo.

As *commodities* estão novamente no centro do palco. Não é uma vertical econômica em separado. As *commodities* são, em grande medida, fundamentais para a própria existência dessas outras pontas avançadas da economia do século XXI. Sobretudo num contexto em que há gigantesca insegurança alimentar e gigantesca insegurança energética.

Um estudo da professora do MIT Mihaela Papa mostra que, se os *data centers* — os mecanismos que alimentam a Inteligência Artificial — fossem um país, seriam o 11º maior consumidor de energia do mundo.

Tudo isso convida o Brasil e os EUA a estarem mais próximos do que estão atualmente. Não existe, na minha opinião, nada mais improdutivo do que uma opor-

tunidade desperdiçada. E este é o momento em que as duas maiores democracias do Ocidente estão vivendo, duas das maiores economias do mundo.

Não quero parecer pessimista, mas acho que vêm mais nuvens carregadas por aí. É verdade que a Era da Globalização, liderada pela economia, mudou. Atualmente, quem está pilotando o avião é a geopolítica. Mas geopolítica é política. E para desarmar os ânimos aqui e em Washington, das relações bilaterais, é preciso ter uma visão estratégica, que ultrapasse o contexto eleitoral de curto prazo. E não estou conseguindo ver isso acontecer.

Creio que será difícil resolver tecnicamente algo que foi mais fácil em outras ocasiões. Durante o período do presidente Bill Clinton e do presidente Fernando Henrique Cardoso, os Estados Unidos também fizeram uma investigação contra o Brasil. Mas o nível de eletricidade no ar, naquela ocasião, não tem comparação com o que existe hoje, na política ou na geopolítica.

Aqui e lá, quem está no comando dos países, precisaria ter mais sabedoria. No sentido de ir além dos ciclos políticos eleitorais. Caso contrário, continuaremos desperdiçando aquela que deveria ser, seguramente, uma das mais produtivas e frutíferas relações bilaterais do mundo: a do Brasil com os Estados Unidos. ■

A ERA DA GLOBALIZAÇÃO, LIDERADA PELA
ECONOMIA, MUDOU.
QUEM ESTÁ PILOTANDO O AVIÃO
ATUALMENTE É A GEOPOLÍTICA



RICARDO ZÚNIGA



O MUNDO QUE EXISTIA ANTES DE TRUMP JAMAIS VAI VOLTAR



Ricardo Zúniga é sócio-fundador da Dinâmica Americas, empresa de consultoria estratégica. Diplomata de carreira do Serviço Exterior dos Estados Unidos por 30 anos, ocupou diversos cargos de liderança, incluindo subsecretário adjunto principal de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, enviado especial dos Estados Unidos para o Triângulo Norte da América Central e cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo.

Entre 2012 e 2015, atuou como Diretor Sênior para Assuntos do Hemisfério Ocidental no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, assessorando o Presidente Barack Obama, o Vice-Presidente Joe Biden e outras autoridades de alto escalão sobre temas relacionados às Américas. Também serviu em missões diplomáticas no México, Portugal, Cuba, Espanha e Brasil. Atualmente, integra a American Academy of Diplomacy e o conselho do Digital Democracy Institute of the Americas. É graduado em Relações Internacionais pela Universidade da Virgínia.

É MUITO IMPORTANTE levarmos em conta, neste momento, o simbolismo do fechamento do Estreito de Ormuz e do bloqueio do abastecimento mundial de petróleo.

A lição de Ormuz é significativa para se falar de outro assunto estratégico, as terras-raras. E também revela para os países a necessidade de ter opções, de não ser dependente. Ter opções é o que há de mais importante para qualquer grande nação.

Além disso, para o Brasil, é impossível ficar alheio ao que acontece nos Estados Unidos, pelo simples fato de que é a principal economia do mundo. E tudo mudou desde janeiro de 2025 (posse de Donald Trump).

Aquele mundo em que a ordem era estabelecida pelos Estados Unidos não volta mais. Foi um período que durou 80 anos, até este momento. O mundo tal qual vemos hoje também não vai ser o mundo de 2030, os Estados Unidos vão mudar de novo.

O próximo governo dos EUA vai ser um pouco mais ortodoxo, mais alinhado com a tradição.



O QUE VEIO DEPOIS DO 11 DE SETEMBRO FORAM 20 ANOS COM FOCO EM GUERRAS

Pelo simples motivo de que não há outra figura como a do presidente Donald Trump na política do país. Ninguém semelhante vai assumir o comando do Partido Republicano. Ele não tem rival. Isso vai provocar mais uma mudança importante nas relações internacionais.

Eu entrei no serviço diplomático em 1993, no momento unipolar dos Estados Unidos. Era outro mundo: tínhamos a visão de que aquele mundo ia continuar e de que o destino global eram as democracias liberais, com mercados abertos.

Imaginávamos que o mundo estava seguindo esse rumo, esse destino, esse futuro. Obviamente era um engano, o mundo mudou totalmente. O que achávamos que eram os problemas, desafios, deixaram de ser, e surgiram novos.

Até os anos 90, porém, as mudanças pareciam administráveis. Outros atores econômicos surgiram no mun-

do, foi criado o G20, mas ainda se mantinham a ordem e o marco estabelecido pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial.

O primeiro choque importante foi o 11 de setembro de 2001, o ataque às Torres Gêmeas em Nova York. Nos 20 anos seguintes, os Estados Unidos mudaram o foco para as guerras. O país passou a focar num problema tático e não em um problema estratégico.

O resultado disso é que os Estados Unidos deixaram de lado os problemas estratégicos, e eles floresceram, sem que nós diplomatas entendêssemos direito as mudanças que estavam acontecendo no mundo.

Por 30 anos, no serviço diplomático, fiquei defendendo uma ordem que estava se deteriorando, estava sofrendo uma erosão enorme. Foi muito difícil para todos nós, servidores americanos, porque nosso enfoque era muito diferente.

A criação dos BRICS foi um dos elementos dessa nova realidade. Surgiu a dúvida: o nascimento dos BRICS representaria um esforço de outros países para controlar a entrada da China na economia global ou seria a ascensão da China no cenário mundial?

Mesmo essa novidade dos BRICS parecia administrável. Mas depois houve outro choque importante: a crise financeira em 2008, com a quebra do Banco Lehman Brothers.

Naquele ano, a globalização chegou aos Estados Unidos e afetou toda a população de alguma forma. A percepção dos americanos foi de que a crise afetou aquele modelo que nós fundamos.

O poder dos Estados Unidos dependia do modelo de economias abertas e de nações que prezavam pela democracia. A percepção interna nos Estados Unidos foi de que nós, americanos, fomos vítimas da globalização. Esse é o eixo central da política doméstica do presidente Trump.

Para ele, o papel dos Estados Unidos no mundo acabou prejudicando o próprio país e a situação de sua população.

Isso não é verdade, mas o que importa, nesse caso, é a percepção dos americanos. É o que vale, mais do que qualquer outra coisa.

Durante os anos em que o país focou em guerras, nós americanos não compreendemos. Na verdade, não tínhamos ideia do que estava acontecendo estrategicamente no mundo.

Mas não foi por falta de alertas. Os Estados Unidos têm muitos *think-tanks*, centros de análise. Um dos melhores é o *National Intelligence Council*, Conselho Nacional de Inteligência.

Esse conselho funciona com um grupo de analistas de muitas agências do governo, representantes de diferentes pontos de vista, com liberdade total para fazer análi-

O RELATÓRIO DO CONSELHO NACIONAL DE INTELIGÊNCIA AMERICANO JÁ PREVIA, EM 2012, QUE UMA PANDEMIA PODERIA ABALAR O MUNDO



ses. O foco principal deles é tentar descortinar como vai ser o mundo em 20 anos.

A cada quatro anos eles produzem um relatório para os próximos 20 anos. Esses relatórios são apresentados aos governantes americanos, aos tomadores de decisões do momento. Mas os governantes não prestaram atenção. Os relatórios foram colocados numa gaveta e nunca foram levados em consideração.

Deveriam, porque já no relatório de 2012 o Conselho previa, entre os principais eventos que poderiam afetar todos os países do mundo, uma epidemia. Em 2012, o relatório sinalizava a possibilidade de uma pandemia global. E de fato, a Covid se alastrou em 2020, 2021 e 2022.

Além dessa previsão certa, o relatório deixou uma mensagem mais urgente alertando para o aquecimento global e as mudanças climáticas. Outro ponto de importância global. Outros alertas incluíam a retirada dos Estados Unidos das agências internacionais.

“ O EFEITO DAS *COMMODITIES* E DAS MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS NO MUNDO AINDA NÃO FOI BEM ANALISADO POR NÓS

É exatamente o que está acontecendo, porque os Estados Unidos estão olhando para dentro. Isso é importante porque é o que acontece na economia mais importante do mundo.

O curioso é que os Estados Unidos tiveram a liberdade e a capacidade de prever as mudanças e os impactos que aconteceriam no mundo, mas não conseguiram utilizar essas previsões.

Esse mesmo relatório do Conselho Nacional de Inteligência falou, em 2012, do crescimento da Inteligência Artificial; do efeito das *commodities* e também da demografia, das mudanças demográficas do mundo. Este último é outro fator importante que ainda não foi bem analisado e vai afetar a todos nós.

O Instituto Diálogos tem a oportunidade de ter esse mesmo papel no Brasil e, mais que isso, aproximar essa distância entre o analista, o operador e o tomador de decisões. O Instituto reúne algumas das figuras mais importantes da economia do Brasil, pessoas que participaram do crescimento desses setores econômicos e le-

varam o Brasil a se estabelecer como um dos produtores alimentares mais importantes do mundo. Foi algo construído sobre bases estabelecidas 20 ou 30 anos antes. O Brasil tem a capacidade de fazer isso.

O Brasil pode construir junto com os Estados Unidos, mas também com a Europa, com a Coreia do Sul, com o Japão, com a Índia, uma cadeia de produção totalmente independente, eliminando o estrangulamento do setor de terras-raras, hoje dominado pela China.

O Brasil tem outras oportunidades também. Isso vai requerer conhecimento do que pode acontecer com essa análise livre de preconceito político. Para isso, o caráter apolítico do Instituto Diálogos é fundamental.

Isso permite uma análise objetiva desse mundo que vem. Devo dizer, como americano, acho que parte do problema foi nosso. Nós achávamos que o mundo como imaginávamos era um mundo inevitável. Acreditávamos que o mundo compartilhava totalmente a nossa visão. Não o mundo todo, mas o Brasil compartilha desses

BRASIL E ESTADOS UNIDOS
TÊM UM FUTURO, TÊM UM DESTINO,
QUE DEVE SER CONSTRUÍDO AGORA



valores e da mesma visão de futuro. É algo de que gosto muito no Brasil.

É um país mais semelhante aos Estados Unidos do que qualquer outro na região. Brasil e Estados Unidos têm um futuro, um destino, que deve ser construído agora. E com planejamento não para os próximos dois anos, mas para 20, 30 anos de ação.

O Brasil tem promovido revoluções no agronegócio e também na energia renovável. A mineração é o terceiro, o próximo ciclo importante do Brasil, mas não vai ser o único. Isso tem que ser construído com informação boa, sã e que possa ser transmitida, transformada em ação. Ação pública e ação do setor privado.

Nos Estados Unidos, estamos num momento em que perdemos essa visão bipartidária, com vista aos interesses nacionais do país.

Isso está afetando tudo. Isso é novo, nunca aconteceu nos Estados Unidos. Antes, para nós, a política doméstica parava na costa, mas a política externa era outra coisa, não era misturada com a política doméstica.

Neste momento, esse eixo fundamental não está funcionando, e o êxito dos Estados Unidos está suspenso. Vai voltar, mas neste momento vai criar uma certa confusão.

Concordo completamente que a China ganhou a queda de braço comercial no ano passado. Porque eles en-

O QUE É BOM PARA O BRASIL
É BOM PARA OS ESTADOS UNIDOS.
O QUE É BOM PARA
OS ESTADOS UNIDOS DEVE SER
BOM PARA O BRASIL TAMBÉM



tenderam e analisaram o que perderam no primeiro mandato do presidente Donald Trump (2017-2021).

No caso atual do envolvimento dos Estados Unidos com o Irã, não podemos achar que os Estados Unidos estarão sozinhos no conflito. Outros países irão se envolver, como já estão se envolvendo, e vão responder às nossas ações.

Vocês, brasileiros, e nós, americanos, vamos ter que voltar a ter a capacidade de olhar para a frente. É importante fazer isso com amigos. Poder fazer isso com o Brasil é o que representa a maior chance de êxito para os Estados Unidos.

O que é bom para o Brasil é bom para os Estados Unidos. O que é bom para os Estados Unidos deve ser bom para o Brasil também. Vocês aqui podem articular quais são as formas de fazer isto e de transformar as palavras bonitas em ação.

A EUROPA NÃO VAI QUERER DEPENDER DA CHINA, VAI PREFERIR TER UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA COM O BRASIL



Dentro da nova configuração mundial, é importante para o Brasil estar presente nessa reconstrução de outro tipo de mundo, que vai depender das alianças.

Os Estados Unidos vão se reconstruir e reconfigurar as alianças que foram tão importantes para seu poder durante os últimos 80 anos.

Se tomarmos o assunto das terras-raras, observamos que a Europa, neste momento, quer depender menos dos Estados Unidos. Na questão de defesa, a Europa vai precisar de outros aliados. A própria OTAN está sendo ameaçada.

Minha impressão é que a Europa desconfia dos Estados Unidos e vai desconfiar do próximo governo. A Europa vai precisar de aliados na questão das terras-raras também, não vai querer depender da China. Creio que vai preferir ter uma aliança estratégica com o Brasil. As oportunidades para o Brasil são fortes, o país pode ser um ator central na construção desse futuro mais positivo para o mundo. ■





NICHOLAS BURNS



O embaixador Nicholas Burns é professor da Prática de Diplomacia e Relações Internacionais na Escola de Governo Kennedy da Universidade Harvard, onde também fundou e preside o Future of Diplomacy Project. Entre 2021 e 2025, atuou como Embaixador dos Estados Unidos na República Popular da China, liderando a missão diplomática norte-americana no país e desempenhando papel central na gestão de uma das relações bilaterais mais estratégicas do cenário internacional.

Com mais de 30 anos de carreira no serviço público, Burns serviu a seis presidentes dos Estados Unidos e ocupou cargos de destaque, incluindo Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, Embaixador dos Estados Unidos junto à OTAN e Embaixador na Grécia. Reconhecido internacionalmente por sua atuação diplomática, recebeu diversas honrarias ao longo da carreira e atualmente integra importantes instituições dedicadas à política externa, segurança internacional e relações globais.

MAIS DO QUE INTERESSES COMERCIAIS, BRASIL E ESTADOS UNIDOS PARTILHAM OS MESMOS VALORES SOBRE LIBERDADE E DEMOCRACIA



ESTADOS UNIDOS E BRASIL não são apenas amigos, mas parceiros. Estive aqui há 7 anos, durante a pandemia, e servi na China por 4 anos (2021-2025). Saúdo a iniciativa do Instituto Diálogos, porque nós, americanos e brasileiros, podemos vir aqui e conversar.

Não quero soar arrogante, mas somos as duas mais importantes nações no Hemisfério Ocidental, em virtude da população, da história e da economia.

Estados Unidos e Brasil têm que ser amigos.

Não vejo como chegamos na situação de sermos quase competidores. Claro que há questões no plano comercial, mas isso não é um grande problema. Certamente não é isso que ocorre em relação à China.

Quando servi em Beijing, um dos meus colegas mais próximos era o embaixador brasileiro Marcos Galvão. Moramos a poucos metros um do outro, e conversamos bastante indo e voltando do trabalho. Também durante o cafezinho.



NÃO QUEREMOS FRANCAMENTE VER UM ESTADO COMUNISTA, UMA AUTOCRACIA, TORNAR-SE O MAIOR PODER MILITAR NAQUELA PARTE DO MUNDO: O INDO-PACÍFICO

Em relação à China, a perspectiva é completamente diferente. Não há dúvida de que Estados Unidos e China são pares, são os grandes poderes mundiais. São as duas maiores economias e têm as maiores forças armadas.

Objetivamente, são os dois únicos países cujos poderes — sejam econômicos, militares, diplomáticos ou tecnológicos — têm hoje um alcance significativo em qualquer lugar do mundo.

O estranho é que os Estados Unidos atualmente estão divididos entre dois partidos que não concordam em absolutamente nada, exceto sobre a China. A visão do ex-presidente Joseph Biden, do Partido Democrata, e do presidente Donald Trump, do Partido Republicano, sobre a China tem muita coisa em comum. Os dois acreditam que os Estados Unidos precisam competir com a China. Pacificamente, mas competir.

Ambos, Estados Unidos e China, querem ser a maior potência militar no Oceano Indo-Pacífico, região que compreende o Pacífico Norte, o mar do Sul da China e o Estreito de Taiwan.

Sempre me impressionou que muitos chineses me dissessem que “o Pacífico é para o Pacífico e não para vocês americanos”.

Basta olhar para o mapa: os Estados Unidos têm o Havaí, Samoa e Guam, além de uma imensa costa no Pacífico que inclui o estado do Alasca, e se estende pelos estados de Washington e do Oregon, até chegar à Califórnia. Somos um país com costa tanto no Pacífico quanto no Atlântico.

Há uma clara disputa pela liderança militar na região. Nós, americanos, estamos engajados nessa competição, assim como o Exército Popular da China, que tem aumentado dramaticamente sua força militar.

Nós, porque somos uma democracia, não queremos francamente ver um estado comunista, uma autocracia, tornar-se o maior poder militar naquela parte do mundo: o Indo-Pacífico, até a península arábica, o Golfo de Bengala e o Estreito de Malaca.

Quatro das maiores economias do mundo estão lá. As quatro maiores forças militares estão lá. Estados Unidos, China, Índia e Japão estão lá, basta olhar o mapa

do mundo. Não queremos que a área seja dominada pelo Exército Popular de Libertação da China, então estamos competindo.

Estamos competindo em tecnologia, este é o coração da competição. Qual país, Estados Unidos ou China, e suas companhias, vão se tornar os primeiros? Isso em inteligência artificial, computação quântica, na criação do primeiro supercomputador quântico, em biotecnologia — área com extraordinário desenvolvimento por lá —, cibertecnologia e tecnologia espacial.

Essas são apenas cinco áreas. Pude ver durante meu tempo como embaixador na China, 2021 a 2025, como a tecnologia se moveu para o centro do palco na disputa entre nós.

Claro que concorreremos no comércio também, concorreremos na *supply chain* (cadeia de produção). É uma competição justa, normal. As nações sempre competiram nesse campo, mesmo as nações amigas. Estados Unidos e Canadá competem economicamente, por exemplo, mas obedecendo regras. O caso é que a China nem sempre compete obedecendo às regras.

Então, cuidado. Se for fazer negócio com a China é preciso entender que o roubo de propriedade intelectual continua sendo um grande problema.

Outro problema é a transferência forçada de tecnologia. Uma empresa brasileira ou americana que se instala

TEMOS QUE ADMIRAR QUE A CHINA
TENHA CONSTRUÍDO ESSA ECONOMIA
EXTRAORDINÁRIA. MAS ISSO
NÃO É SUSTENTÁVEL PARA O BRASIL OU
PARA OS ESTADOS UNIDOS



na China é forçada a abrir mão de uma tecnologia-chave para seu sócio ou parceiro de negócios chinês.

A China representa atualmente 33% de toda a manufatura do mundo. Uma estimativa conservadora é que por volta de 2030 a fatia será de 40%. Temos que admirar que a China tenha construído essa economia extraordinária. Mas isso não é sustentável para o Brasil, para os Estados Unidos, para a Índia ou o Japão, para a Coreia do Sul ou a União Europeia. No ano passado, o superávit chinês foi de 1,2 trilhão de dólares no comércio com o resto do mundo.

A China está tirando as terras-raras do mercado global.

Agora há um conflito conosco. O presidente Trump elevou as tarifas para os produtos chineses para 125% no ano passado. A China respondeu. Não diria que nenhum lado ganhou ou perdeu, acho que houve uma suspensão. O que é novo é que, pela primeira vez em 100 anos, a



A GRANDE IRONIA É QUE A CHINA NÃO É SÓ A MAIOR COMPETIDORA, É TAMBÉM GRANDE PARCEIRA

China retaliou, para mostrar aos Estados Unidos que estão lidando com um igual. Comércio e investimento serão sempre uma terceira área de competição.

A quarta área é realmente a mais importante. Diz respeito àquilo em que os brasileiros e os americanos acreditam. Nós acreditamos em liberdade. Em liberdade de imprensa, liberdade de expressão. Acreditamos no império da lei. Certamente acreditamos em liberdade religiosa.

E o governo do Partido Comunista da China não acredita em nada disso.

Estamos nessa competição entre Estados Unidos e China de igual para igual, mas não estamos apenas competindo. A ironia e a complexidade da relação com a China, não só com os Estados Unidos mas também com o Brasil, é que a China não é apenas a maior competidora, mas também é parceira.

Na questão da mudança climática, por exemplo, somos os dois maiores emissores de dióxido de carbono, China com 30% e Estados Unidos com 10%. Como as

Nações Unidas e o mundo lidarão com a mudança climática, se Estados Unidos e China não estiverem trabalhando juntos para baixar as emissões de carbono?

Sob a administração de Biden, nós trabalhamos com a China. Talvez seja a área em que temos mais em comum e onde fomos mais bem-sucedidos em trabalharmos juntos. Estávamos trabalhando mais próximos do Brasil, do Japão, da Índia e da União Europeia. Não era perfeito, mas estávamos trabalhando juntos.

Mas o presidente Donald Trump não acredita em mudança climática, então ele retirou os Estados Unidos desse campo.

Não importa quem seja eleito em 2028, seja republicano ou democrata, vai retomar a cooperação com a China na questão da mudança climática.

Nós somos parceiros também na questão do fentanil, o opioide sintético que é o maior responsável pelas mortes trágicas de pessoas entre 18 e 49 anos na sociedade americana. Os chineses não exportam fentanil, mas o mercado ilegal chinês está exportando ingredientes químicos precursores para a fabricação do fentanil para os cartéis da droga nos Estados Unidos, na América Central e no México.

Nós pedimos ao presidente chinês Xi Jinping que nos ajude. Biden e Trump tiveram a mesma política de buscar apoio da China.

Um terceiro exemplo de cooperação é na questão da saúde global. Todos nós vivemos um terrível período durante a pandemia.

Tivemos uma grande discussão entre Estados Unidos e China, naquele momento. Trump acusou a China de espalhar o vírus da Covid-19, mas penso que estamos bem distantes disso. Há previsões de que teremos outra pandemia nas próximas décadas, mais cedo ou mais tarde. Nós adoraríamos trabalhar juntos da próxima vez, os Estados Unidos e a China devem cooperar no campo da saúde global.

Sempre achei meu trabalho como embaixador americano em Beijing difícil, porque de manhã eu estava competindo com a China e à tarde eu estava trabalhando com a China. Talvez o Brasil tenha uma relação similar.

O último componente que eu mencionei, ou seja, a crença na liberdade que americanos e brasileiros compartilham, é o mais importante. Temos competição militar global, competição comercial global com a China, mas precisamos viver em paz com a China.

Biden e Trump não admitem publicamente isso, mas muito consistentemente seguem a mesma política. Temos que viver em paz. Vivemos num mundo de armas nucleares, somos potências nucleares, Estados Unidos e China. Seria uma loucura criminoso se um de nós lan-

O BRASIL TEM MAIS EM COMUM COM OS ESTADOS UNIDOS DO QUE COM A CHINA



çasse armas nucleares. Acho que Xi Jinping concorda com isso. Temos que viver em paz um com o outro. Isso torna complicada a relação entre os dois países.

Brasil e Estados Unidos são países diferentes, obviamente. E temos a obrigação de seguir nossos interesses nacionais. Para começar a conversa, gostaria de fazer uma sugestão. Basicamente, o Brasil tem mais em comum com os Estados Unidos do que com a China, em termos dos nossos valores. Porque não desejamos que a China domine todo o comércio global de manufaturas. Porque acreditamos em viver num mundo em que a democracia seja dominante, não o comunismo e o autoritarismo.

Mas tenho consciência de que há uma via de mão dupla na relação entre Brasil e Estados Unidos. Não acredito numa ordem mundial ou numa política americana baseada em elevação de tarifas. Sempre rezei pela cartilha do livre comércio. Penso ainda que barreiras tarifárias mais baixas facilitam o comércio mundial, mais livre comércio e menos protecionismo é bom para todos nós.

Certamente para uma grande nação agrícola exportadora, como o Brasil, e certamente para meu próprio país.

Muita gente está querendo diminuir a importância da globalização atualmente, mas o período entre o final dos anos 70 e pelo menos a última década foi de prosperidade sem paralelo no mundo. Mais de 1 bilhão de pessoas, perto de 2 bilhões, saíram da pobreza para a classe média ou mesmo acima. Vemos que parceiros comerciais ficaram mais próximos entre si e não mais distantes.

A média de tarifa efetiva nos Estados Unidos, de janeiro de 2020 a 2025, era de 2,4% no comércio com o resto do mundo. A média hoje é de 11% — a mais alta desde os anos 30. Não me sinto bem com isso, não acho isso inteligente. Espero que os Estados Unidos voltem a adotar um modelo de área de livre comércio no futuro.

Certamente não concordo com o que a administração americana fez na semana passada: elevar as tarifas em 20% ou 25% contra 59 países. No ano passado, elevou a 50% as tarifas para produtos do Brasil e da Índia e a 25% as tarifas para Japão e Coreia do Sul. Esses são nossos amigos no mundo. Não creio que estamos fazendo um bom trabalho em tratar bem nossos amigos. No que diz respeito ao nosso próprio interesse, não acredito que aumentar tarifas para todo o mundo seja uma boa ideia.

Estou preocupado porque passamos de um mundo de

PASSAMOS DE UM MUNDO DE ORDEM,
DO FINAL DOS ANOS 40
ATÉ A ÚLTIMA DÉCADA, PARA UM
MUNDO DE DESORDEM



ordem, do final dos anos 40 até a última década, para um mundo de desordem. O mundo de relativa ordem era um mundo de leis e regras. Tínhamos um acordo geral sobre tarifas e comércio, tínhamos a Organização Mundial do Comércio (OMC), onde as disputas eram normais, e aceitávamos os resultados se ganhássemos ou perdêssemos.

Ainda temos o sistema das Nações Unidas de 1945, mas com o Conselho de Segurança completamente congelado. Não funciona, porque os Estados Unidos e aliados vetam tudo que a China e a Rússia propõem e vice-versa.

Quando trabalhei para o presidente George W. Bush e Condoleezza Rice, desenvolvemos a proposta de levar o Brasil para o Conselho de Segurança como membro permanente. Nossa proposta era Brasil, Índia e Japão, mais algum país africano. O Conselho de Segurança atual reflete a balança de poder de 1945. Não corresponde à balança de poder do século 21, sem um país latino-americano ou africano, Índia e Japão. Fracassamos. Não

conseguimos fazer o resto do mundo aderir a nossa proposta. Inclusive sua vizinha Argentina, que não foi muito amistosa com nossa proposta, o que não surpreende. Precisamos reformar o Conselho de Segurança da ONU. O Brasil é um poder importante no mundo, deve ser incluído nele. O Conselho de Segurança não está funcionando. Então o comércio ocidental vive sob instituições multilaterais que não funcionam.

Do outro lado, temos poderes autoritários, como China, Rússia, Irã e Coreia do Norte, para citar quatro, que juntos estão autoconfiantes. Xi Jinping costuma dizer que o Leste está se levantando e o Oeste, quer dizer nós, Brasil, Estados Unidos, está fracassando, declinando.

Não queremos viver no mundo em que os poderes autoritários estejam ascendendo. Vemos o que estão fazendo na Ucrânia. Trinta mil soldados norte-coreanos estão lutando na Ucrânia ao lado da Rússia. Irã está fabricando drones para a Rússia. China fornece 90% da microeletrônica que os russos precisam para seus armamentos.

Não acredito que seja do interesse do Brasil ou dos Estados Unidos ver esse tipo de coalizão autoritária crescendo. Então passamos de um mundo de ordem para um mundo de desordem. Além da paralisia das Nações Unidas e da Organização Mundial do Comércio, do avanço dos poderes autoritários, há mais um elemento

de desordem, os Estados Unidos.

Não quero falar mal do meu país. Sou um patriota e servidor diplomático por décadas. Mas os Estados Unidos não estão desempenhando o papel que todos os presidentes desde Truman, Eisenhower, J. F. Kennedy, Ronald Reagan, Bushes até Obama, Biden até Trump no primeiro mandato, costumavam desempenhar.

Empurrando os aliados para longe, fazendo guerras comerciais, com comportamento unilateral, num mundo que pede cooperação. Estou preocupado com isso, mas este é nosso trabalho nos Estados Unidos, numa democracia, ter esse debate lá.

Vocês têm que fazer suas próprias escolhas, obviamente. Vocês são um país grande e relevante, um grande poder. Ambos queremos fazer negócios com a China e queremos investimento em nossos países, ainda que de forma mais restrita nos Estados Unidos. Ambos somos democracias. Vivemos no mesmo hemisfério. Precisamos reconstruir o relacionamento entre Estados Unidos e Brasil. Isso significa que os Estados Unidos precisam ser bons vizinhos, talvez menos intrusivos. Talvez possamos conversar antes de disparar tarifas e sanções. Somos dois líderes que precisam conversar mais, somos mais amigos do que competidores. Talvez precisemos de mais tempo para refletir sobre nossas escolhas. ■



Instituto Diálogos

Diretoria

Presidente-executivo: Inácio Muzzi Fonseca

Conselho de Administração

Presidente: Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Vice-presidente: Ana Cecília Andrade Aquino — independente e externa

Raphael Luchini Alves Costa — Hidrovias do Brasil

Rodrigo Malho e Simonato — Tereos | Augusto Moraes — Corteva

Deise Mari Dalla Nora — Yara

Seminário “A Nova Geoeconomia Mundial”

Realização: Instituto Diálogos

Organização: Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Coordenação executiva: Inácio Muzzi Fonseca | Mediação: Thaís Herédia

Créditos da publicação

Coordenação editorial: Inácio Muzzi Fonseca

Preparação de texto: Ricardo Lessa | Revisão de texto: Kamila Queiroz

Projeto gráfico e direção de arte: Buono Disegno

Fotografia: João Neto

Tratamento de imagens: Fê Magliari — Thinkers MGMT

Consultoria e produção gráfica: Jairo da Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mudança geopolítica é oportunidade para o Brasil /

Tereza Cristina...[et al.]. -- Brasília, DF :

Instituto Diálogos, 2026.

Outros autores: Marcos Jank, Marcos Troyjo, Ricardo Zúñiga, Nicholas Burns.

Bibliografia.

ISBN 978-65-977148-0-3

1. Brasil - Aspectos econômicos 2. Economia 3. Globalização
4. Geopolítica 5. Macroeconomia

I. Cristina, Tereza. II. Jank, Marcos. III. Troyjo, Marcos.

IV. Zúñiga, Ricardo. V. Burns, Nicholas.

26-385951.0 CDD-330

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Economia 330

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este livro foi composto nas fontes Pollen e Graphic
e impresso pela Leograf em agosto de 2026, em papel offset 120 g/m²